

## **A “ESTRANHEZA” DOS ANTIGOS, OU: PARA QUE SERVE A ANTIGÜIDADE? SOBRE CERTA LEITURA DE QUINTILIANO PELOS “MODERNOS”<sup>1</sup>**

***Marcos A. Pereira\****

“Se Roma merece um capítulo numa história da lingüística, é bem menos por ter produzido que por haver transmitido.”<sup>2</sup>

Resumo: trabalho visa comentar certos usos dos textos antigos - em particular, da 'Institutio oratoria' - em modernos manuais de introdução à Lingüística e certas afirmações feitas sobre aqueles por autores modernos. Pretende-se verificar como, por trás de formulações modernas que têm a Antigüidade, direta ou indiretamente, como objeto de estudo, encontra-se uma tentativa de legitimar, na verdade, teorias modernas, pouco importando se as leituras aí implicadas desfiguram ou não o que se encontra nos textos em que se baseiam, cuja história e motivação (produção e circulação) se deveram a fatores geralmente ignorados pela posteridade.

---

\* Professor do DL/IEL/UNICAMP, coordenador-associado do Centro de Estudos Clássicos.

<sup>1</sup> Este trabalho constitui versão modificada dos capítulos finais de nossa tese de doutoramento, defendida em março de 2003 na FFLCH/USP (cf. PEREIRA, 2002).

<sup>2</sup> MOUNIN, 1970, p. 95.

*Marcos A. Pereira*

**THE “STRANGENESS” OF ANTIQUITY, OR: WHAT IS ITS PURPOSE?  
ON SEVERAL READINGS OF QUINTILIAN BY MODERN LINGUISTICS**

This paper aims to comment some usages of ancient texts - specifically of Quintilian's 'Institutio oratoria' - in modern Linguistics textbooks, as well as some statements that modern authors make about them. We wish to show that, behind modern formulations that have Antiquity, direct or indirectly, as object, one can find, indeed, attempts to legitimate modern theories. In the process, it does not seem to matter so much if the readings provided by modern authors distort or not what may be found in the texts on which they are based, the history and motivation of which (the conditions under which the work was produced and read) are due to facts generally ignored by posterity.

**1. A leitura de Quintiliano pela posteridade**

Se folharmos alguns manuais de “história da lingüística”, descobriremos não apenas que a moderna ciência da linguagem nasceu na Antigüidade, mas também que nesse momento, como que em sua “infância”, ora se cometeram vários “deslizes”, ora se deixou muito a desejar na análise de seu objeto. A citação aqui usada em epígrafe, retirada de um dos vários manuais em pauta, fala justamente dessa última impressão. Mas a situação piora quando, em alguns deles, não apenas ficamos sabendo dos “erros” ou “insuficiências” da “lingüística antiga”, mas também encontramos afirmações, muitas vezes pinçadas a esmo em textos diversos, que pretendem verdadeiramente pô-la por terra. Fiquemos com duas breves citações (breves, mas plenas de conseqüências, a nosso ver) que lembram o autor de quem pretendemos tratar aqui, as quais, retiradas de obras escritas recentemente (uma delas, na verdade, um dicionário de formato e preço populares, prefaciada por lingüista de renome), mas com intervalo de duas décadas, referem-se a um mesmo “problema” (do texto) de Quintiliano:

A “estranheza” dos antigos, ou: ...

Quintiliano, afamado retórico do século I d.C., gastou mais tempo especulando que fazendo verdadeira pesquisa lingüística. (...) Por exemplo, argumentou ele, raciocinando “a partir de opostos”, que a palavra latina *lucus*, que significa ‘arvoredo’, deve ter derivado de *lucendo* ([sendo] luminoso), pois não há luz num denso arvoredo. Essa pérola reapareceu seiscentos anos mais tarde.<sup>3</sup>

Gramáticos antigos (e não tão antigos), amiúde em desespero, propuseram etimologias que, à luz da moderna lingüística histórica, parecem ridiculamente absurdas. Um dos responsáveis [por elas] foi o retórico romano Quintiliano (c.35-c.100 d.C.). Em sua *Institutio oratoria*, ele propôs que o termo latino *lucus* (‘arvoredo’, ‘bosque’) foi assim chamado a *non lucendo* (‘por não ser luminoso’) – isto é, por ser escuro (*lucendo* é uma forma de gerúndio do verbo latino *lucere*, ‘ser luminoso’). *Lucus*, de fato, está relacionado com *lucere* e *lux*, mas a explicação parece ser que a palavra se referia originalmente a uma clareira num bosque, onde a luz do sol podia penetrar; decerto, isso nada tem que ver com ‘não ser luminoso’. Daí que a expressão *lucus a non lucendo* veio a ser empregada como uma forma abreviada de referir-se a uma explicação absurda ou paradoxal da origem de uma palavra, e também em referência a um nome que aparentemente dá falsa idéia de sua aplicação (como quando uma pessoa vagarosa é ironicamente chamada ‘rápida’). Sua presença em inglês data do início do século XVIII. Algumas vezes, abrevia-se *lucus a non*.<sup>4</sup>

Na *Institutio oratoria*, entretanto, podemos ler, a esse respeito:

Falemos agora daquelas miudezas com as quais se atormentam sobretudo os fanáticos pela disciplina [i.e. a etimologia (antiga)], que freqüentemente e de muitas maneiras procuram reconduzir a seu

---

<sup>3</sup> Cf. WEST, 1975, p. 21.

<sup>4</sup> Cf. АΥΤΟ, 1995, p. 187.

Marcos A. Pereira

verdadeiro étimo as palavras que sofreram leve alteração, seja por meio de abreviações ou alongamentos, acréscimos ou supressões, seja permutando letras ou sílabas. (...) Acaso concordaremos também que algumas palavras sejam derivadas de seus antônimos, como *lucus*, por ser pouco luminoso, sendo sombrio (...)?<sup>5</sup>

Façamos pequena digressão, útil para o que se pretende aqui. (Afinal, trata-se aí do Quintiliano gramático...) Como lembra o lingüista inglês, já falecido, Robert H. Robins<sup>6</sup>, os antigos profissionais da palavra, gramáticos e retóricos, por certo tempo defenderam a unidade do mundo antigo que se esfacelava e seria restabelecida séculos mais tarde – mas em outro paradigma –, salvando muito do que hoje conhecemos sobre a Antigüidade. Segundo o autor, a disciplina gramatical, identificada durante muito tempo com o próprio estudo do latim, acabou por servir a propósitos inimaginados quando de sua criação pelos gregos:

A gramática estabeleceu a base das artes liberais, sendo um estudo necessário para ler e escrever a língua universal da erudição, o latim. Ela foi estudada tanto como um fim em si mesma quanto como uma parte da cultura humana, e como um meio de acesso à escrita e à palestra no mundo do conhecimento, bem como para o estudo dos antigos autores clássicos e da bíblia latina.<sup>7</sup>

Com relação a esse último ponto, convém assinalar mesmo, como faz

---

<sup>5</sup> Cf. *Instit. orat.* 1.6.32 et sqq.: *Iam illa minora, in quibus maxime studiosi eius rei fatigantur, qui uerba paulum declinata uarie et multipliciter ad ueritatem reducunt aut correptis aut porrectis, aut adiectis aut detractis, aut permutatis litteris syllabisue. (...) etiamne a contrariis aliqua sinemus trahi, ut "lucus" quia umbra opacus parum luceat (...)?* (Quintilien, 1975, ed. J. Cousin.)

<sup>6</sup> ROBINS, 1951, p. 68.

<sup>7</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 70.

A “estranheza” dos antigos, ou: ...

Colson<sup>8</sup>, em edição quase centenária do primeiro livro da *Institutio*, que tanto a gramática quanto a retórica chegaram a auxiliar o Cristianismo:

Não se calculará facilmente o quanto a exegese bíblica cristã deve às escolas de gramática e a pregação cristã às escolas de retórica, e foi, ao menos parcialmente, a força que ela extraiu das escolas que armou a Igreja, quando ‘capta ferum victorem cepit’.<sup>9</sup>

Sendo óbvios os desdobramentos, bem como as conseqüências, da apropriação, feita pela Igreja, da língua e do conhecimento dos antigos em seu trabalho de evangelizar o mundo, aqui não se insistirá no ponto. Mas valeria a pena indagar se parte do desprezo votado às línguas, literaturas e culturas clássicas, bem como ao seu estudo, não estaria calcado, ainda que equivocadamente, no reconhecimento desse fato. A esse respeito, ainda, que se dirá mesmo de Quintiliano, em particular? Segundo o mesmo Colson, que estuda a influência desse autor sobre a posteridade, nosso retórico, antes conhecido apenas por meio de fragmentos, passou, desde a impactante descoberta do texto completo da *Institutio* no Renascimento – quando se buscavam, justamente, modelos de ensino das línguas clássicas –, a ser grandemente louvado, sobre todos os demais, por Erasmo e mesmo por Lutero, para conhecer um progressivo desprezo a partir do Iluminismo.

No entanto, como lembra ainda Colson<sup>10</sup>, o autor da *Institutio* caiu também nas mãos dos jesuítas, o que talvez sirva a explicar, ao menos em parte, o

---

<sup>8</sup> COLSON, 1924, p. xxxvii et sq.

<sup>9</sup> Citação de Horácio (*Ep.* 2.1.156-157: *Graecia capta ferum uictorem cepit et artes intulit agresti Latio*) sobre a Grécia que, “conquistada, conquistou seu feroz vencedor [= Roma] e introduziu as artes no rústico Lácio”, utilizada aqui para referir-se à Igreja (= Roma!) e sua contra-reforma.

<sup>10</sup> *Op. cit.*, p. lxxv.

Marcos A. Pereira

referido declínio no interesse por sua obra:

(...) provavelmente, o primeiro fator, nisto [o declínio do prestígio de Quintiliano como educador], seja a escola dos jesuítas. Na *Ratio studiorum*<sup>11</sup>, há pontos ocasionais, com relação ao ensino de gramática e retórica, que fazem lembrar Quintiliano, e talvez possamos associar a seu ensino o grande acento posto pelos jesuítas na competição.

Uma comparação para esclarecer nosso ponto: se pensarmos, por exemplo, no uso indevido que durante certo tempo se fez da filosofia de Nietzsche, considerando-o mesmo – indevidamente, como se viu depois<sup>12</sup> – uma espécie de arauto do nazi-fascismo, não será difícil desmerecer quem acuse Quintiliano de “erros” que não são dele, apenas por ser utilizado, de uma forma ou de outra, pelos antigos jesuítas, de quem se sabe perfeitamente, como assinala ainda Colson<sup>13</sup>, que tinham o “hábito de substituir por manuais compostos por eles mesmos os dos grandes mestres” – noutros termos, de “adaptar” os textos que utilizavam segundo seus interesses particulares, donde resultaria mesmo uma “falta de erudição saudável nos países católicos”...

Não é nosso objetivo, entretanto, avaliar em detalhe os maus usos que se possam e podem fazer de qualquer autor, texto ou pensamento. Talvez seja melhor assinalar, como faz Coradini<sup>14</sup> ao tratar de Varrão, mas argumentando de forma também válida aqui:

---

<sup>11</sup> Cf. FRANCA, 1952. Consistiria, decerto, um trabalho por demais interessante investigar a fundo a influência de Quintiliano não apenas sobre os jesuítas, como também sobre vários autores citados por Colson. Não estava, entretanto, no limite de nossas possibilidades fazê-lo aqui.

<sup>12</sup> Cf. CANDIDO, 1983, p. 411-416.

<sup>13</sup> *Op. cit.*, p. lxxv, n. 2.

<sup>14</sup> CORADINI, 1999, p. 62.

*A “estranheza” dos antigos, ou: ...*

Retornando à questão da influência de Varrão na época áurea, mostra a história que uma geração, embora esquecendo ou negando a anterior, sempre se aproveita dos avanços e conquistas até então efetuadas. Assim, a dita fase áurea da literatura latina se beneficiou – embora tacitamente – do labor enciclopédico efetuado antes de Augusto, principalmente por Varrão.

No caso de Quintiliano, como se depreende de uma simples leitura não só dos “capítulos gramaticais”, mas de outros trechos da obra, cumpre dizer que ele não se beneficiou tão tacitamente do saber transmitido pelo erudito reatino, como fez com outros tantos, mas avaliou-o e aplicou-o ao seu programa de educação oratória. De qualquer forma, ao que parece, o que se afirma de Varrão se aplica, igualmente, a Quintiliano e outros autores antigos, cuja autoria, na história dos saberes sobre a linguagem, costuma passar em discreto mas (por vezes) consciente silêncio. O oposto disso, infelizmente, não tem consistido em reconhecer o mérito dos antigos, mas em criticar suas formas de saber, como assinala Robins<sup>15</sup>. Avaliando o imenso conjunto de textos que tematizam aquelas formas de saber – e lograram, graças ao trabalho de muitos estudiosos, chegar até nós – segundo critérios atuais, como afirma aquele último:

Está aberta para nós, é claro, a possibilidade de criticar o trabalho de um gramático tanto nos detalhes de sua exposição quanto, em sua totalidade, no seu método de tratar seu objeto, o que envolve, em última instância, sua definição implícita ou explícita daquele. Mas, se tivéssemos de começar com uma definição fixa desde o princípio, tal crítica conduziria a mal-entendidos e julgamentos injustos o trabalho de antigos estudiosos num momento em que o objeto ainda estava longe de qualquer precisão de terminologia ou método. Considerando

---

<sup>15</sup> *Op. cit.*, p. 1 *et sq.*

Marcos A. Pereira

e avaliando o trabalho de antigos pensadores no terreno da gramática, é-se levado a fazer julgamentos favoráveis ou desfavoráveis, e assim proceder do ponto de vista do objeto tal qual o entendem e praticam estudiosos do momento presente.

Ainda segundo a concepção de Robins<sup>16</sup>, no entanto, que procura tratar os textos teóricos antigos supostamente com menos preconceitos, os “pioneiros sempre fazem o trabalho mais difícil e sempre cometem erros”...<sup>17</sup>

Situados como estamos em época tão distante dos antigos, servindo-nos de um ponto de vista “privilegiado” pelo avanço de nossa ciência, nosso conhecimento e nossa técnica, que nos resta, de fato, a nós modernos, senão considerar o discurso teórico antigo como um viés, se não interessante – caso sejamos minimamente “esclarecidos e sem preconceitos” –, então francamente “ultrapassado” ou mesmo “equivocado” – caso sejamos ferrenhos habitantes do momento presente? Diante do impasse, há quem proponha, numa espécie de tentativa de “salvar” a Antigüidade e as formulações teóricas dos antigos, servir-se de critérios atuais, como que para “provar” o interesse do conhecimento antigo mas, inversa e perigosamente, mais fazendo por propor a utilização da Antigüidade como “campo de prova” para as teorias do presente – como se estas carecessem de legitimidade aos olhos dos homens atuais ou se aquelas precisassem caber na “camisa de força” das teorias modernas para servir a algum propósito melhor do que pretenderam ter. Veja-se o que afirma, por exemplo, o mesmo Coradini<sup>18</sup>:

---

<sup>16</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 46.

<sup>17</sup> Entre tantos outros, Robins (p. 56) aponta, por exemplo, a denominação de *acusativo* para o correspondente caso do nome latino, que se deveu a um engano de Varrão...

<sup>18</sup> *Op. cit.*, p. 73.



A “*estranheza*” dos antigos, ou: ...

(...) os textos clássicos, ainda que remotos e estabelecidos, mas sempre abertos à interpretação, podem e devem ser abordados pelos enfoques da ciência da linguagem em todos os tempos, desde que evitadas as anacronias e incompatibilidades interpretativas. Vedar essa heurística ou negar métodos de investigação moderna na abordagem de textos clássicos greco-latinos, significaria condená-los à perene quietude das estantes das bibliotecas. Daí a validade da verificação do processo da metalinguagem num prototexto lingüístico produzido há mais de dois mil anos, que é o *De lingua Latina* – mesmo estando ciente o pesquisador hodierno de que o escritor antigo não tinha consciência dessa função da língua.

Obviamente, não se está discutindo, aqui, a “funcionalidade” da aplicação de quaisquer teorias modernas sobre textos antigos, nem se defende, igualmente, que o acesso a tais textos sejam vedados a não-iniciados. Desejar, porém, que se olhe para a Antigüidade com olhos (confessada e reconhecidamente ou não) do presente, como parece querer o autor citado, pode não contribuir exatamente para um estudo que tenha a Antigüidade, propriamente, como objeto... Veja-se, ainda, a avaliação que o mesmo autor faz do trabalho de Varrão – *gramático* ou *lingüista*, conforme convenha apresentá-lo, o que certamente deve causar estranhamento da parte dos modernos estudiosos da linguagem, para os quais o termo *gramática* recobre significados diversos, mas nunca confundíveis ou intercambiáveis, independentemente do lugar em que se use o termo:

Conclui-se que Varrão não teria cogitado em apenas elaborar um sistema gramatical latino, ao estilo da *Ars grammatica* (...) de Dionísio Trácio. Antes, o *De lingua Latina* se apresenta, por seu porte, como um verdadeiro tratado, o primeiro tratado em latim sobre o latim e sobre lingüística geral no mundo ocidental. (...) O exercício etimológico chegou

Marcos A. Pereira

a tornar-se moda entre os lingüistas romanos antecessores de Varrão. Entretanto, para Franco Cavazza – outro estudioso da gramática varroniana em seu *Studio su Varrone etimologo e grammatico* (...) –, a etimologia que se desenvolvia em Roma e à qual Varrão dedicou seis livros do *De lingua Latina* já não atendia às aspirações científicas da época. Decaindo o interesse pela etimologia, emigrou-se, agora por influência dos eruditos alexandrinos, para o campo propriamente gramatical, sincrônico e analógico, sob a forma da crítica textual, da morfologia e da sintaxe do texto vigente. A originalidade das considerações colocadas (...) consiste, pois, em retroprojetar um conceito elaborado pela lingüística moderna – a metalinguagem – sobre um prototexto, o *De lingua Latina*, que, por sua vez, traz, no seu corpo redativo, vozes antigas, ou seja, pequenos e preciosos hipotextos (discursos) em forma direta ou referencial-indireta, em poesia ou em prosa, de autores gregos e latinos (...), e, ainda, de textos literários e jurídicos anônimos, que Varrão já considerava verdadeiros documentos lingüísticos (...). Presencializando todo esse universo intelectual, Varrão enfatiza a consciência do *latine loqui* [falar em latim] ao dar ênfase ao estudo de uma língua que já se mostrara estruturada, apurada e suficiente para dar expressão ao gênio romano-latino.<sup>19</sup>

O autor citado, entretanto, não está só. Como lembra Esa Itkonen<sup>20</sup>, lingüista de origem finlandesa que se propôs escrever uma “história universal da lingüística”, estudando os trabalhos realizados sobre a linguagem pelos gregos, romanos, árabes, hindus e chineses antigos, “(...) mesmo que a teoria gramatical do século XX (...), tendo atingido genuíno progresso, tenha até certo ponto se distanciado de seu passado, muitos de seus conceitos básicos ainda podem ser referidos à Antigüidade”<sup>21</sup>. Talvez se pudesse concordar com isso, desde

---

<sup>19</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 27 *et sq.*

<sup>20</sup> *Cf.* ITKONEN, 1991, p. 166.

<sup>21</sup> Fato já assinalado também por outro estudioso: *cf.* AUROUX, 1992, p. 11-34.

*A “estranheza” dos antigos, ou: ...*

que se entendesse que eles significariam o mesmo para nós e para os antigos, ou que se acreditasse que, de fato, ao propor uma história absolutamente sem solução de continuidade no que diz respeito à transmissão dos diferentes saberes que sobre a linguagem produziram diferentes povos, se estaria *ipso facto* “resgatando” a mesma Antigüidade de seu doloroso mutismo para as luzes da época atual – júiza e jurado, no caso. Pouco importando as implicações de uma “história universal da lingüística” para a filosofia da ciência de hoje – que, evidentemente, pretende alçar a lingüística, e não a Antigüidade, ao pódio –, o fato é que os antigos, também aí, dificilmente terão vez ou voz.

Longe de pretender, no entanto, desqualificar o trabalho e mesmo a proposta de quem quer que seja, uma vez que sempre vemos o mundo a partir do viés com o qual estamos habilitados a vê-lo, o que se quer, aqui, é, antes, afirmar o valor da Antigüidade e das formulações antigas *per se*, independentemente do julgamento muito posterior da nossa contemporaneidade. Se não, estaremos autorizando as gerações futuras a condenar nossos “erros” a seu bel-prazer e sempre a partir de critérios vindouros, e a verem, no que dissemos, algo que não necessariamente teremos pretendido dizer, já que não conhecemos o mundo futuro senão por meio da ficção ou das previsões de certos “iluminados”... Em suma, assim como se afirma, atualmente, que um texto não deve servir como pretexto para dizer algo outro que não necessariamente está nele, parece de bom alvitre não pensar que os usos da Antigüidade pelos modernos envolvam sempre uma heurística positiva e honesta que lhes salvará os textos, seja do silêncio das prateleiras, seja na consciência moderna: costuma-se, antes, procurar na mesma Antigüidade apenas o que interessa, freqüentemente negando aos autores antigos a precedência na descoberta daquilo que possa servir ao momento presente. Veja-se, a título de exemplo, o uso que

*Marcos A. Pereira*

faz a teoria fonológica moderna dos conceitos de pés e metros, sobre os quais por vezes se teoriza mesmo sem compreender as línguas em cuja estrutura faziam pleno sentido. Veja-se, também, o emprego, condenado por Robins<sup>22</sup> e feito pelos modernos, de certos “rótulos”: “(...) aparentemente embasbacados pelo latim”, afirma aquele, “alguns autores insistem que ‘para um homem’ é um ‘dativo’, provavelmente porque seu equivalente ‘homini’ é, em latim, a forma de dativo do substantivo ‘homo’”.

Se, por outro lado, é possível encontrar quem afirme que os antigos foram incapazes de criar uma gramática funcional por causa da lógica estóica (*cf.* Casevitz & Charpin<sup>23</sup>), e que o já citado Robins<sup>24</sup> diga que “faltava uma teoria lingüística geral sã a partir da qual empreender pesquisa gramatical e construir um sistema gramatical”, esse mesmo autor também chega a reclamar dos modernos, entretanto, uma consideração da linguagem que vê presente na Antigüidade:

Até e a menos que a linguagem seja entendida, à sua própria luz, como parte da cooperação humana, parte da ação social, em todas as situações quotidianas nas quais os homens e as mulheres se encontram, não se poderá jamais produzir uma teoria sã da linguagem, no seio da qual se persiga o estudo da gramática e a análise gramatical.<sup>25</sup>

Insistindo no ponto, segundo afirma Auroux, para citar agora um autor contemporâneo, não haveria, propriamente, uma lingüística na Antigüidade, embora se possa empregar e se empregue, freqüentemente, o adjetivo

---

<sup>22</sup> *Op. cit.*, p. 73.

<sup>23</sup> *Cf.* CASEVITZ & CHARPIN, 1983, p. 61 *et sq.*

<sup>24</sup> *Op. cit.*, p. 44.

<sup>25</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 89.

A “estranheza” dos antigos, ou: ...

correspondente para se referir a um conjunto de fatos que digam respeito à linguagem ou, mais concretamente, às línguas<sup>26</sup> (antigas, no caso).

Citando conhecida estudiosa dos textos da Antigüidade, Chiappetta<sup>27</sup> resume e interpreta de maneira cabal a atitude moderna e suas implicações:

Os gregos e romanos são estudados muitas vezes para explicitar a modernidade dos antigos, ou para celebrar a origem de nossa cultura e com isso deixar claro que a chamada civilização ocidental não pode estar morta, porque ela é a civilização. Um outro uso da Antigüidade, diz Dupont, seria redescobrirmos como são estrangeiros os antigos e assim redescobrirmos a nós mesmos na nossa diversidade reprimida.

Outro uso possível da Antigüidade, como vimos aqui, costuma ser legitimar uma prática presente, o que não deixa de constituir um paradoxo – já que se trata de um momento em que a reflexão “lingüística” seria deficitária – que caberia, talvez, à sociologia do conhecimento explicar.

Quanto ao papel específico de Quintiliano nessa história, autor que Leite<sup>28</sup> (estudando as origens do “purismo lingüístico” atual) parece querer apontar como estando na origem não bem do conservadorismo, mas do próprio reacionarismo atual em matéria de linguagem e seu ensino, é Baratin<sup>29</sup> quem lembra, como também já vimos:

Quintiliano não era, ele mesmo, um gramático. Suas *Instituições oratórias*, todavia, tratam de todos os aspectos e de todas as etapas da formação do orador. Ele foi, portanto, levado a indicar como a

---

<sup>26</sup> Cf. AUROUX, *op. cit.*, p. 12.

<sup>27</sup> CHIAPPETTA, 1997, p. 414.

<sup>28</sup> Cf. LEITE, 1999, p. 25 *et sq.*

<sup>29</sup> Cf. BARATIN, 1989, v. 1, p. 203.

Marcos A. Pereira

gramática devia integrar-se nessa formação, precisando o que devia ser o ensino recebido pelos meninos junto ao “grammaticus”. Nesse momento, ele apresenta uma espécie de resumo da teoria gramatical (...). Tal resumo é de uma importância essencial para toda a história da forma *tékhne–ars*: é a primeira exposição completa cuja data é indiscutível. Pode-se estabelecer, graças a ele, o que se entendia por gramática como disciplina técnica autônoma no final do primeiro século de nossa era.

Não resistimos a apresentar, aqui, uma afirmação de quase cem anos, feita por um dos modernos editores de Quintiliano (*cf.* Colson<sup>30</sup>), e na qual, em que pese sua obviedade, parece-nos conveniente insistir:

Estou, de fato, inteiramente cômico de que, antes de tentarmos explicar um autor, nós devemos averiguar, tanto quanto possível, o que ele realmente escreveu.

## 2. A “estranheza” dos antigos, ou: para que serve a Antigüidade?

Como vimos, Colson lembra, em sua edição do primeiro livro da *Institutio*, que Quintiliano foi autor bastante louvado, utilizado e comentado desde sua época, embora nem sempre da mesma forma, até – e principalmente – o Renascimento, quando da então muito aclamada descoberta do texto completo da obra pelo humanista florentino Poggio Bracciolini em 1416. Após essa época, na qual chegou mesmo a ser tomado como “modelo” superior ao próprio Cícero por diversos autores, inspirando a concepção de teorias sobre o ensino das disciplinas que constituíam parte do *trivium*, Quintiliano foi, progressivamente, caindo no esquecimento, para ser novamente lembrado e citado, de modo

---

<sup>30</sup> *Op. cit.*, p. xcvi. O grifo é nosso.

A “estranheza” dos antigos, ou: ...

crescente, somente no início do século XX, por razões mais ou menos óbvias: a própria disciplina da qual o autor da *Institutio* era mestre e que constitui o assunto mais tratado na obra caíra, ao menos desde o Iluminismo, em progressivo descrédito. No entanto, seus ensinamentos, recolhidos aqui e ali no que se conhecia da obra, continuaram a ser levados em conta, ainda que esparsamente.

No Brasil, durante muito tempo – até hoje, na verdade – Quintiliano foi unicamente conhecido pela tradução, realizada pelo gramático português J. Soares Barboza no século XVIII, daquela parte maior da *Institutio* que trata mais especificamente do sistema da antiga retórica e suas partes (livros III a XI da obra). Conhecido, no entanto, mais de passagem que de fato, dado o pendor nacional por obras resumidas, em geral traduzidas de congêneres estrangeiras – no que se refere à bibliografia “secundária”, incluída em obra que trate de alguma questão relacionada à retórica –, Quintiliano ainda por cima corre agora o risco de ser interpretado ao sabor daqueles que, ao que parece, também constituem uma forma ainda não reconhecida, inconfessa, de verdadeira “paixão nacional”: os gramáticos e seus compêndios, que cismam em não levar em conta os ensinamentos da moderna “ciência da linguagem”. Sendo assim, não admira que o calagurritano prossiga na indiferença – votada, na verdade, aos estudos clássicos de maneira geral – daqueles que, por profissão, deveriam verdadeiramente interessar-se, como Jakobson, por tudo que diz respeito à linguagem<sup>31</sup> – o que só tem servido, parece, a corroborar a opinião dos gramáticos mais empedernidos e tradicionalistas, especialmente quando, de alguma forma, suas opiniões são associadas a outra instituição bimilenar como é a Igreja

---

<sup>31</sup> *Linguista sum, linguistici nihil a me alienum puto*, máxima baseada em Terêncio (*Heautontimoroumenos*, v. 77: *Homo sum, humani nihil a me alienum puto*: “Sou homem, nada reputo alheio a mim do que é humano”) com que Jakobson se dirigiu aos participantes de uma conferência realizada em 1953 na Universidade de Indiana (E.U.A.). Cf. JAKOBSON, s.d., p. 161.

Católica. Saber que, de algum modo, Quintiliano foi – seguramente, por sua ética de matriz estóica – do agrado dos jesuítas, a ponto de inspirar-lhes um método pedagógico como é a hoje pouco conhecida *Ratio studiorum*, parece bastar, de fato, para identificar o autor da *Institutio* com tudo que há de mais “retrógrado” em matéria de pedagogia (das línguas, no caso), não importando aí que também os renascentistas, postos em tão boa conta pela intelectualidade ocidental, tenham louvado a mesma *Institutio* e seu autor, como dissemos. No entanto, uma leitura atenta da obra permite ver quão distanciado está Quintiliano de qualquer visão estreita e conservadora, no que diz respeito, por exemplo, à própria educação de uma criança, de maneira geral, no contexto de sua época<sup>32</sup>. (Lembremos que é para a formação de futuros oradores que se escreveu a obra.)

Examinar atentamente o texto da *Institutio*, especial mas não exclusivamente os primeiros livros, em cujos capítulos Quintiliano se pronuncia sobre a educação dada à criança, é possível, de fato, não apenas ter uma imagem do que foi a educação romana do primeiro século, mas também, e principalmente, do caráter pragmático e humano do autor, que rejeitava o castigo físico – tão comum à época – e pregava uma preocupação atenta e constante com o preparo das jovens gerações para a vida pública. A admiração de diversos estudiosos pela obra de Quintiliano desde o Renascimento, em especial daqueles que, como Comênio, autor daquela *Didactica magna*,<sup>33</sup> acabou exemplo de uma concepção humanística e universalista da educação, várias vezes cita o autor da *Institutio*, não deixa margem a que se considere, de uma vez por todas, quanto Quintiliano já foi visto não apenas como modelo de educação escolar, mas de uma educação que privilegiava exatamente aquilo que renascentistas,

---

<sup>32</sup> Cf. VASCONCELOS, 2002, p. 205-225.

<sup>33</sup> Cf. COMÊNIO, 1985.



A “*estranheza*” dos antigos, ou: ...

humanistas antigos e modernos têm louvado nesse campo: uma formação voltada para a liberdade e para a completa realização das potencialidades do homem. Saídos daquele momento histórico, o mundo medieval, por alguns considerado uma grande noite de trevas na história da humanidade, com suas guerras, o fanatismo cego imposto pelo poder secular e religioso, suas perseguições e morticínios – dos quais não consta, infelizmente, que o homem já esteja livre–, é também a Quintiliano e seus ensinamentos que não apenas os jesuítas, com seu vezo de “adaptar” os textos a seu bel-prazer, mas os humanistas tomaram como guia em seu desejo de um mundo mais ordenado e menos submisso à barbárie. Apenas esquecendo que, em épocas sombrias da história, a sobrevivência dos saberes antigos – já vistos como “antídoto” para a barbárie do mundo – só foi possível porque ainda se cultivavam as antigas artes, é que se pode pensar que sirvam apenas para justificar práticas tão questionadas atualmente.

A gramática – disciplina em pauta, mas não a única a tratar de questões de língua ou linguagem no mundo antigo –, não se constituiu *ex abrupto*, mas, tendo primeiro existido simplesmente como técnica da grafia, ganha traços de uma disciplina normativa num contexto determinado – a convivência de culturas diferentes provocada pelo helenismo<sup>34</sup> – e com fins determinados – servir ao ensino da língua grega entendida como tal, ao trabalho com os textos nela produzidos, sua explicação e “análise” –, e a própria constituição de uma norma responde a uma indagação e a uma necessidade de natureza não apenas “lingüística”, mas social: tratava-se, no caso, de oferecer “modelos” que pudessem servir de referência no uso da língua no contexto particular da poesia e da oratória,

---

<sup>34</sup> Há quem afirme que as primeiras gramáticas tenham surgido mesmo para ensinar grego aos estrangeiros. Cf. MURACHCO, 1999, p. 13 *et sq.*

*Marcos A. Pereira*

em primeiro mas não exclusivo lugar. Trata-se de uma preocupação moderna, não da Antigüidade, interessar-se por outros usos que se pode fazer de uma língua, assim como é uma preocupação atual a que temos com a língua falada, comumente utilizada como veículo de comunicação na vida cotidiana, porque contemporânea é a ciência encarregada de seu estudo. Que se faça, a esse respeito, um uso condenável dos textos, hoje como ontem, não é, evidentemente, algo que deva ser posto sob responsabilidade dos antigos, que nem sequer sonhavam com a sociedade atual, muito menos com os desdobramentos que teria o conjunto de práticas e saberes surgidos de forma tão peculiar na Antigüidade. Apenas se esquecermos esses dois fatos – que os antigos olharam para a linguagem/as línguas com um interesse que não é exatamente o nosso, e que não podem ser julgados em função do saber atual sobre ela – é que podemos considerar que o uso equivocado que se fez e faz tantas vezes dos saberes antigos pode, de alguma forma, corresponder àquilo que eles desejaram.

Buscar, assim, uma “lingüística” de Quintiliano – como se ele tivesse ou pudesse ter alguma, no moderno sentido do termo –, ou considerar que o autor sirva para justificar práticas hoje questionáveis – porque há ciências atuais que informam qual deve(ria) ser hoje a forma de encarar (ou ensinar) a linguagem (ou as línguas) – acabam mesmo por equivaler, porque partem, ambas atitudes, de uma tentativa de enxergar o passado unicamente com os olhos do presente: seja por procurar no passado o que nele não poderia haver, projetando-se sobre o passado um saber presente (a lingüística); seja por considerar que outro saber, também atual (a chamada gramática tradicional), deva ter hoje a mesma utilidade que se pensa ter possuído ontem. Se, portanto, a posição tradicional de um Napoleão Mendes de Almeida<sup>35</sup>, negligenciando a discussão atual sobre a

---

<sup>35</sup> Cf. ALMEIDA, 1981, p. 3.

A “estranheza” dos antigos, ou: ...

gramática e seu ensino, parece anacrônica se referida à Antigüidade, não menos anacrônicos parecerão aqueles que adotam uma posição “universalista” ao considerar não apenas que a lingüística nasceu na Antigüidade, mas que se trata de uma forma de saber comum a vários povos diferentes – chineses, hindus, árabes, gregos, romanos antigos e seus descendentes –, porque identificada com qualquer consideração a respeito da linguagem. Desse ponto de vista, teríamos também na *Institutio* – um tratado sobre a formação do antigo orador romano – uma forma de lingüística, já que nela se encontram afirmações sobre a gramática antiga, que foi uma forma de tratar a linguagem (ou, antes, a língua latina em certo processo educativo: formar oradores!)?

Qual a finalidade de tais abordagens, que consideram, como aponta Auroux, que uma ciência se identifica com todos os momentos que envolveram sua constituição? Estão abarcados pelo “rótulo” lingüística, ciência surgida num contexto determinado (o século XIX) e com interesses determinados (fazer a história e a descrição das línguas), como lembra aquele autor, práticas que, na Antigüidade próxima ou remota, não o recebiam. Para citar outros dois exemplos que nem sequer envolvem a Antigüidade, os comparatistas do século XIX e os filólogos que se dedicavam, nessa mesma época, ao estudo das línguas derivadas do latim e então faladas na Europa, certamente diriam fazer gramática comparada e filologia românica. Como lembra ainda Auroux, o termo *lingüística*, que aparece, pela primeira vez, num autor alemão do século XVIII, acaba sendo utilizado para se referir a um conjunto de práticas que, embora tenham em comum o fato de reclamarem para si o título de “ciências” – diferenciando-se de práticas como as da gramática tradicional –, estão ocupadas seja com aquilo que, até bem recentemente, a lingüística (brasileira, ao menos) rejeitou, o historicismo (no caso dos comparatistas), ou lidam com aquilo que não constituiu por grande

espaço de tempo seu interesse principal – a escrita, que tantos “erros” teria engendrado no estudo da linguagem e foi por muito tempo ignorada pela lingüística, como aponta Sampson<sup>36</sup>. Se, por um lado, entende-se que a lingüística moderna acabe por abarcar tudo aquilo que, nas palavras de Saussure, seu “fundador”, diz respeito à língua “encarada em si mesma e por si mesma”<sup>37</sup>, por outro, ao desejar-se presente em todas as épocas e em todos os povos, ela parece querer identificar-se com aquilo que, na verdade, é-lhe de algum modo “estranho” – ainda que, por vezes, procure torná-lo “familiar”.

Tal é a relação ambígua que a moderna “ciência da linguagem” estabelece com seus antecessores – ora procurando abarcar tudo que se disse sobre a linguagem ou sobre as línguas, em especial quando se trata de uma disciplina qualificável como “científica” (é o caso da gramática comparada e da filologia), ora agindo como que diante de uma herança incômoda, sendo às vezes preciso até negar aqueles que se apresentam como seus “pais” (no caso da Antigüidade, em que há tanto a “condenar” na consideração da mesma linguagem), sobretudo quando se tomam por antigos certos usos que modernamente se faz dos (textos dos) antigos –, que a única impressão possível parece ser a de que se busca, na verdade, uma forma de apropriação conveniente dos saberes, tendo em vista garantir um lugar entre as demais ciências, tanto maior quanto mais antiga for sua história. Noutros termos, aqueles que, embora anacronicamente, procuram responsabilizar a Antigüidade por sérios “erros”, científicos e pedagógicos, cometidos na atualidade, parecem buscar, na verdade, garantir seu lugar na

---

<sup>36</sup> Cf. SAMPSON, 1996. Estamos cientes de que a escrita ocupa, na lingüística moderna, alguns lugares. Fiquemos com dois exemplos: na *Psicolingüística*, sua aquisição, principalmente, é objeto de estudo, assim como o processamento lingüístico dos sistemas alfabéticos; para a *Lingüística Computacional*, por sua vez, a escrita e o léxico são a base da elaboração de programas para o reconhecimento de palavras e sua correção.

<sup>37</sup> Cf. SAUSSURE, 1978, p. 380.

solução dos conflitos atuais que aqueles “erros” supostamente produziram, anulando o cabedal que nos transmitiu aquela mesma Antigüidade, sem a qual não consta que seríamos o que somos nem teríamos o que temos hoje.

Como encarar, então, aqueles textos que apresentam uma reflexão antiga sobre a linguagem (ou as línguas aí implicadas)? Não se trata, obviamente, de usar o passado para testar e legitimar, sejam quais forem, as teorias do presente, apontando sempre, ao mesmo tempo, a “insuficiência” da teorização dos antigos frente àquelas engendradas em épocas mais próximas do momento atual. Trata-se, antes, de examinar os textos e tentar compreender a formulação antiga (ou gênese, se se quiser) dos conceitos ali presentes e sua recepção imediata. Como vimos, mesmo fora do Brasil há posições altamente questionáveis, por diferentes razões, quanto ao trabalho desenvolvido pelos antigos sobre a linguagem (ou sobre as línguas). Por outro lado, embora um autor como Auroux, considerando não haver, propriamente, uma lingüística na Antigüidade, se permita utilizar o adjetivo “lingüístico” para qualificar aquilo que de alguma forma concerne à linguagem, procura-se, de qualquer modo, compreender e tratar a teorização antiga sobre a linguagem (ou sobre as línguas aí envolvidas), ao que parece, como um momento particular e válido para os termos em que se coloca, ainda que discrepante das práticas atuais.

Não se quer dizer, aqui, que de nada sirva o olhar que a lingüística dirige para o passado, uma vez que é possível, examinando a teorização antiga sobre questões que eventualmente também ocuparam os antigos, propor uma abordagem diferente dela, ou mesmo buscar na Antigüidade novos *insights*. A chamada *fonologia métrica*, um dos desenvolvimentos mais recentes do estudo das relações entre o som vocal, sua representação e suas possíveis relações com outros níveis da gramática – num dos sentidos, agora, em que a lingüística

*Marcos A. Pereira*

emprega hoje o termo – prova-o, com seu estudo dos *pés*, *ritmos* (*trocaico* ou *jâmbico*) e *moras*. Também não se quer dizer que é preciso proceder, hoje, como procediam os antigos – por exemplo, no que diz respeito ao ensino de uma língua (ou de sua gramática) –, por mais “interessantes” (ou menos “deprimentes”) que suas práticas possam nos parecer vistas em retrospecto, nem que tenham aí soluções mágicas para questões que são nossas. No entanto, pensar que os antigos revelam seja um conjunto de equívocos, seja uma insuficiência qualquer, tendo em vista práticas atuais, sem a consideração de onde e para quem falavam e o que pretendiam, não pode ser senão um grande equívoco do presente, que apenas um olhar atencioso e um tanto quanto desprovido de preconceitos pode evitar. Esse olhar deveria perceber que os antigos não foram tão ingênuos, como se supõe muitas vezes, e que também se viram na contingência de teorizar, ainda que mal compreendidos, sobre um conjunto grande de fatos, incluída aí a linguagem.

Este texto tenta apontar para a necessidade (óbvia, parece-nos) de compreender uma disciplina nos seus primórdios, procurando eximi-la, aí e apenas aí, das confusões e dos preconceitos costumeiramente associados à sua investigação atual: a gramática urdida pelos antigos e a nós transmitida, graças a um número incontável de gerações de estudiosos que deram origem aos nossos atuais compêndios, tão abominados, que amiúde recebem como título o nome daquela disciplina<sup>38</sup>; mas também aquela ciência que, olhando para o passado com os olhos do presente, costuma buscar nesse passado, muitas vezes, apenas

---

<sup>38</sup> Não deixa de ser interessante pensar, diante do que se disse aqui, que, se a gramática tradicional tivesse de fato seguido Quintiliano, por exemplo, se fosse o caso, em sua formulação e em sua motivação, ela “erraria” menos – adotando, aqui, a perspectiva da lingüística moderna na avaliação da mesma gramática, e pondo de parte o fato de que toda ciência tem um componente preceitístico. Também se deveria dizer que, se se compreendesse melhor os antigos, não se identificariam, pura e simplesmente, gramática antiga e tradicional.

*A “estranheza” dos antigos, ou: ...*

aquilo de que pode tirar algum partido. Com isso, não queremos pura e simplesmente combater os modernos, que justificadamente procuram meios menos “autoritários” e mais “científicos” de considerar a linguagem, seu funcionamento e o ensino das línguas, mas compreender os antigos, que fundaram grande parte do que conhecemos hoje.

Seria ainda preciso chamar atenção para o fato, referido por muitos, de que não basta olhar o passado para dele tirar partido imediato, por vezes até de maneira inconseqüente: é preciso tentar compreender como esse passado, responsável em grande parte pelo que somos hoje, pôde ser tão rico a ponto de nos fazer olhar ainda hoje para ele, mesmo que tão distantes no tempo. No mínimo, um melhor estudo das línguas e literaturas clássicas, por possibilitar o contato *in loco* com aqueles saberes antigos que ainda repercutem de modo importante no presente, contribuiria para evitar que se cometessem tantos equívocos, tão comuns entre aqueles que muitas vezes desejam apenas legitimar suas próprias práticas atuais – sejam quais forem.

A Antigüidade é, em suma, um território que a lingüística não só pode como deve visitar – e registrar sua visita –, mas sobre o qual não pode “legislar” livremente sem correr, no limite, o risco de produzir contra-sensos...

**Referências bibliográficas**

- ALMEIDA, N. M. “O ensino da gramática entre os romanos”. In: O Estado de S. Paulo, 21/02/1981, p. 3.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992.
- AYTO, J. *The Wordsworth dictionary of foreign words in English: an illuminating guide to recherché terms*. Hertfordshire: Wordsworth, 1995.

- BARATIN, M. "La constitution de la grammaire et de la dialectique". In: Auroux, S. (dir.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989.
- CANDIDO, A. "O portador". In: Nietzsche, F. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril, 1983.
- CASEVITZ, M. & F. CHARPIN. "L'héritage gréco-latin". In: É. BÉDARD & J. MAURIS (org.) *La norme linguistique*. Québec: Conseil de la Langue Française, 1983.
- CHIAPPETTA, C. *Ad animos faciendos: comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officiis de Cícero*. Tese de Doutorado, inédita. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
- COLSON, F. H. (ed.) *M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriae liber I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1924.
- COMÊNIO, J. A. *Didáctica magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Trad. Joaquim F. Gomes. 3. ed. Lisboa: Gulbenkian, 1985.
- CORADINI, H. *Metalinguagem na obra De lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão*. Tese de Doutorado, inédita. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- FRANCA, L. O método pedagógico dos jesuítas – o "ratio studiorum": introdução e tradução. Rio de Janeiro: A.G.I.R., 1952.
- ITKONEN, E. *Universal history of linguistics: India, China, Arabia, Europe*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1991.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein & José P. Paes. São Paulo: Cultrix, s.d.
- LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP, 1999.
- MOUNIN, G. *História da lingüística: das origens ao século XX*. Trad. F. J. Hopffer Rêgo. Porto: Despertar, c. 1970.
- MURACHCO, H. G. "O professor de línguas e o idioma nacional". *Jornal da USP*, n. 462 (ano XIV), (01 a 07 de março de) 1999, p. 13 et sq.
- PEREIRA, M. A. *O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese de Doutorado, inédita. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.



A “estranheza” dos antigos, ou: ...

- QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Vol. I. Ed. Jean Cousin. Paris: Belles Lettres, 1975.
- ROBINS, R. H. *Ancient and mediaeval grammatical theory in Europe: with particular reference to modern linguistic doctrine*. Londres: Bell & Sons, 1951.
- SAMPSON, G. *Sistemas de escrita: tipologia, história e pedagogia*. Trad. Valter L. Siqueira. São Paulo: Ática, 1996.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Trad. José V. Adragão. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- VASCONCELOS, B. A. “Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano”. *PhaoS – Revista de Estudos Clássicos*, n. 2, 2002, p. 205-225.
- WEST, F. *The way of language: an introduction*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1975.